


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA
Processo nº: **0010458-76.2013.8.26.0566**Classe - Assunto **LProcedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Aline Aparecida dos Santos Cristofolletti e Sergio Luiz Cristofolletti propõem ação contra Banco do Brasil Sa pedindo a declaração de nulidade e revisão de diversas cláusulas constantes do contrato de financiamento habitacional celebrado entre as partes em 13.02.1994, com o recálculo das parcelas mensais, a repetição do indébito, e o recálculo do saldo devedor. Alega as seguintes abusividades (a) capitalização dos juros remuneratórios através da Tabela Price (b) aplicação de juros 8,9472%, superiores aos contratados de 8,6% (c) forma de amortização (d) lesão contratual (e) onerosidade excessiva. Sob tais fundamentos, pede a revisão do contrato e o recálculo do saldo devedor.

Contestação às fls. 127/160.

Réplica às fls. 165/174.

Determinada a produção de prova pericial e concedida liminar (fls. 180).

Laudo pericial aportou aos autos (fls. 459/516), manifestando-se as partes (fls. 532/546, 608/619) e vindo esclarecimentos periciais (fls. 653/655).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, pois a prova documental e pericial são suficientes para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

O financiamento, fls. 29 e ss., foi contratado no sistema financeiro de habitação, caso em que, consoante decidido pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso repetitivo, "é vedada a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

capitalização de juros em qualquer periodicidade" (REsp 1.070.297/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, 2ªS, j. 09/09/2009).

O perito, no caso concreto (fls. 459/516 e 653/655), demonstrou que houve a capitalização legalmente prosrita, que se manifestou pelas chamadas "amortizações negativas".

Houve, de fato, amortizações negativas em várias parcelas (fls. 454): "consta na planilha juntada aos autos pelo banco de fls. 272/306, a maior parte das parcelas a ocorrência de "amortização negativa", portanto, não havendo quitação de parte do saldo devedor e sim incorporando ao saldo residual".

As amortizações negativas constituem expressão inequívoca de capitalização de juros, fato afirmado, positivamente, no laudo, em resposta ao Quesito 6 do autor, fls. 454.

Se é assim, no caso em tela impõe-se o recálculo do saldo devedor com a exclusão da capitalização de juros inequivocamente operada.

Foi o que fez o perito em seus cálculos.

Cada Anexo ("1", "2" e seguintes) contém dois cálculos, um para a hipótese de se seguir a Tabela Price mas sem a capitalização de juros que se manifestou através das amortizações negativas, outro para a hipótese de se utilizar, no lugar da Tabela Price, o método simples.

Reputamos indispensável que se utilize a Tabela Price porque é o sistema contratado, e não se produziu prova de que ela, em si mesma, seja a causa da capitalização de juros.

O Superior Tribunal de Justiça vem insistindo, em seus julgados, que a questão relativa a Tabela Price gerar a capitalização é matéria fática. Não se pode, abstratamente, afirmar "utilizada a Tabela Price, há capitalização".

Sendo matéria fática, não há dúvida de que competia ao autor, na forma do art. 373, II do CPC-15, comprovar tal correção fática no caso concreto, ônus de que não se desincumbiu.

Tanto que o perito, ao longo do seu laudo e dos cálculos, logrou êxito em afastar a


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

capitalização ocorrida por força das amortizações negativas, mantendo a Tabela Price.

Não se comprovou, de fato, que a simples aplicação da Tabela Price gerou a capitalização, razão pela qual será adotada a solução empreendida pelo expert e que encontrou um saldo devedor de R\$ 34.532,17 em favor da instituição financeira, em 09.2015, já deduzidos os depósitos judiciais efetuados pelo autor, até o de 07.2015.

Cabe repisar que, como esclarece de modo expreso o perito às fls. 654, nesse cálculo, embora utilizada a Tabela Price, está excluída a amortização negativa, esta sim, comprovadamente, geradora de capitalização de juros.

Não será aceita a alternativa que geraria um crédito em favor do autor no valor de R\$ 14.783,98 (Método Simples).

Tenha-se em mente que como o perito recalculou toda a evolução do débito, está garantida a aplicação dos juros contratados de 8,6%, e não juros superiores.

As alegações de lesão contratual e onerosidade excessiva, de seu turno, não foram comprovadas.

Não se condena o réu na obrigação de recalcular porque o recálculo já foi feito pelo perito.

Julgo parcialmente procedente a ação para declarar que os autores devem à instituição financeira apenas o montante de **R\$ 34.532,17, atualizado até 09.2015**, a partir de quando devem incidir atualização monetária pela Tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, devendo ainda ser deduzidos os depósitos judiciais efetivados após 07/2015. O valor é líquido e poderá ser executado em cumprimento de sentença, pela instituição credora (art. 515, I, CPC-15).

Transitada em julgado, levantem-se os depósitos judiciais ao réu.

Cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais.

Cada parte pagará ao advogado ou sociedade de advogados da parte contrária



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos2cv@tjsp.jus.br

honorários advocatícios arbitrados em 15% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 29 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**